

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA: compromisso social e atuação política

Nathália Maria Rodrigues MECIAS (PPED/UENP- Jacarezinho/PR)*
João Vicente Hadich FERREIRA (UENP- Cornélio Procópio /PR)*

RESUMO: Tem-se como pressuposto que as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica estabelecidas a partir da Resolução Nº 4, de 29 de maio de 2024, juntamente com o Parecer CNE nº 4 de 2024 aportam-se em abordagem de viés economicista em consonância com o projeto neoliberal em curso. Argumenta-se que a reestruturação dos cursos de licenciatura está ancorada na racionalidade técnica-instrumental de uma educação voltada a aquisição de competências e habilidades que privilegiam a ideia da aplicabilidade em detrimento da racionalidade crítica. Tendo em vista, a temática presente, a problemática se apresenta: Frente a lógica neoliberal introjetada na educação e nas políticas curriculares para os cursos de formação docente como formar professores conscientes e comprometidos social e politicamente? Almeja-se desvelar em quais princípios se apoia e quais elementos caracterizam o projeto de formação docente inscrito nas novas diretrizes, buscando refletir sobre a formação de professores na perspectiva de uma educação emancipadora, que envolva o compromisso social e a atuação política frente a lógica neoliberal introjetada na educação. De maneira a alcançar o objetivo proposto, a metodologia adotada consiste em uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentando-se nas obras de Freitas (2014; 2018) Freitas e Molina (2020); Harvey (2008); Gentili (1995); Laval (2019) e Militão (2019).

Palavras-chave: Formação de professores; Educação emancipadora; Compromisso social.

1 Introdução

Atualmente, ao observar o panorama político e educacional, nota-se a presença de abordagens múltiplas nas práticas pedagógicas e nos conteúdos curriculares escolares. Contudo, existe um elemento comum que atravessa essas diferentes propostas. Trata-se de uma forma de pensamento ideológico, muitas vezes compreendida como uma orientação política, que se consolida de maneira contínua e internalizada, o neoliberalismo.

* Mestranda em Educação no Mestrado Profissional em Educação Básica, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEd), pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/Campus Jacarezinho - Paraná. ORCID: 0000-0002-3062-7643 - E-mail: thaliarm99@gmail.com.

* Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP/Campus Marília - São Paulo. (2009). Professor Adjunto da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/Campus de Cornélio Procópio e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEd), UENP/Campus de Jacarezinho. ORCID: 0000-0002-1013-3654 - E-mail: joahadich@uenp.edu.br.

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Mais que a ideia da atualização da teoria liberal clássica, o neoliberalismo pode ser entendido como um modo de vida introjetado, em contraposição à perspectiva política e democrática. Como expressão da própria natureza do modelo capitalista em sua concepção de lucro e dominação, é antipolítico, condição do próprio capitalismo que, efetivamente, nunca teve em sua essência a necessidade da democracia ou da justiça social.

Dessa forma, o neoliberalismo não se limita à atuação de uma forma de governo, mas se configura como um estilo de vida incorporado, que perpassa diferentes gestões e estruturas de poder. Fundamentado no individualismo crescente em uma sociedade que desconhece o espaço comum e a esfera pública, priorizando os interesses privados e a lógica meritocrática, o neoliberalismo opera como um autogoverno, um mecanismo de controle interiorizado que regula comportamentos e pensamentos, moldando subjetividades e padronizando condutas. Constitui-se numa forma de pensamento homogeneizada gerando a despolitização e, nesse contexto, estabelecendo o ódio à política numa perspectiva reacionária.

Portanto, complexo em sua definição, o modelo neoliberal vem ganhando forças no Brasil a partir das últimas décadas do século XX, ocasionando um grande impacto nas políticas educacionais e exigindo reformas e reestruturações no sistema educativo (Harvey, 2008). As reformas curriculares advindas da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a implementação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica estabelecidas a partir da Resolução Nº 4, de 29 de maio de 2024 têm desconfigurado e esvaziado o significado e o sentido da educação.

Reduzido ao simples cumprimento de metas estipuladas, à transmissão mecânica de conteúdos previamente definidos, no ensino por competências e habilidades, em detrimento do desenvolvimento de uma racionalidade crítica e da promoção do pensamento autônomo, o ato de ensinar tem sido subsumido à ideia de um praticismo, não formativo necessariamente, mas operacional na perspectiva da pura aplicabilidade. Com isso, os currículos acabam sendo esvaziados de suas dimensões ética, estética e política, minguando seu potencial formativo e humanizador.

Realização:



Apoio:



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Tendo em vista, o cenário educacional atual e a importância de se discutir a formação de professores diante da reestruturação dos cursos de licenciatura, a problemática se apresenta: frente a lógica neoliberal introjetada na educação e nas políticas curriculares para os cursos de formação docente, como formar professores conscientes e comprometidos social e politicamente? O estudo tem como objetivo geral: desvelar em quais princípios se apoia e quais elementos caracterizam o projeto de formação docente inscrito nas novas diretrizes, buscando refletir sobre a formação de professores na perspectiva de uma educação emancipadora, que envolva o compromisso social e a atuação política frente a lógica neoliberal introjetada na educação.

Diante do objetivo exposto, para compreender o cenário atual refletido nas diretrizes curriculares, este trabalho propõe uma análise crítica da lógica neoliberal incorporada ao campo da educação, com ênfase no cerne das reformas curriculares em curso, sobretudo no que se refere à formação de professores. Com o intuito de destacar a importância da dimensão política frente aos desafios e contradições presentes no campo da educação, propomos uma reflexão pautada em uma formação política voltada para a emancipação dos sujeitos, sob a perspectiva de uma educação crítica de compromisso social, tendo como eixo central a formação docente.

Nessa perspectiva, pensar a formação docente a partir das dinâmicas de tensões, enfrentamentos e adaptações diante das políticas educacionais revela-se uma tarefa tanto significativa quanto desafiadora. Desta maneira, a metodologia adotada consiste em uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, a partir de uma abordagem qualitativa. Elenca-se como fundamentação: Freitas (2014; 2018) Freitas e Molina (2020); Harvey (2008); Gentili (1995); Laval (2019) e Militão (2019).

2 Neoliberalismo e a lógica mercadológica na educação: o ensino por competências e habilidades em detrimento da racionalidade crítica

O neoliberalismo entende a educação com base em sua concepção de sociedade alicerçada em um mercado livre, cuja própria dinâmica impulsionaria o avanço social com qualidade, eliminando a ineficiência por meio da concorrência. Segundo essa ótica, a expansão dessa lógica para todas as funções estatais levaria

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

a uma sociedade mais eficaz e desenvolvida (Freitas, 2014). Os indivíduos também estão inseridos nessa lógica, sendo que seu empenho (mérito) determina sua posição na estrutura social. É dessa concepção de mundo que derivam os objetivos que ela atribui à educação.

A racionalidade neoliberal configura-se como um modo de vida internalizado, na qual as relações humanas, institucionais e subjetivas passam a ser regidas por princípios mercadológicos de desempenho, produtividade e competitividade, que afeta não apenas a esfera econômica, mas também as práticas e relações cotidianas dos sujeitos, os quais passam a se guiar pela lógica de uma sociedade administrada. Enquanto expressão do próprio sistema capitalista, trata-se de uma visão antidemocrática, traço inerente ao capitalismo, que historicamente não teve como princípios centrais nem a democracia, nem a equidade social.

Essa racionalidade neoliberal se evidencia em diversas dimensões da existência humana, sendo a educação uma delas. O neoliberalismo impõe suas diretrizes autoritárias por meio do enfraquecimento do princípio da educação como um direito coletivo, numa verdadeira "ofensiva neoliberal contra a escola pública" (Gentili, 1995, p. 229).

Na educação, essa racionalidade se manifesta na substituição de uma concepção democrática e emancipadora por uma visão tecnicista e instrumental, em que o conhecimento é tratado como mercadoria e o aluno como consumidor. Segundo Freitas (2018) o papel do Estado, historicamente responsável por garantir a educação como um direito social, é enfraquecido em nome da eficiência. Nesse sentido, promove a ideia de mérito como critério absoluto, desconsiderando as desigualdades estruturais que marcam a trajetória de grande parte da população.

Para Laval (2019) a educação passa a ser desvalorizada, subfinanciada e submetida a modelos de gestão empresariais. Em vez de fomentar a formação crítica do conhecimento, a educação torna-se um meio para atender às exigências do mercado, formando trabalhadores preparados e adaptáveis. Assim, o neoliberalismo não apenas redefine as finalidades da educação, como também reconfigura o papel dos sujeitos na sociedade, promovendo uma despolitização. Nesse contexto, a educação deixa de ser compreendida como direito social



Apóio:

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

universal e passa a ser tratada como serviço, submetido às demandas do mercado (Harvey 2008).

No campo educacional, tem-se impactos profundos e abrangentes, especialmente no que diz respeito à formação de professores. Sob o discurso da modernização e da eficiência, os cursos de formação docente vêm sendo cada vez mais pressionados a se adequar a uma lógica pragmática e tecnicista, voltada exclusivamente para as demandas do mercado de trabalho. A dimensão crítica, reflexiva e social da formação docente, historicamente associada à construção de uma escola democrática, inclusiva e transformadora, é substituída por abordagens que privilegiam a padronização, a mensuração de resultados e o treinamento de habilidades e aquisição de competências operacionais.

Nesse contexto, o professor deixa de ser concebido como um intelectual comprometido com a transformação social e passa a ser visto como um mero executor de tarefas, gerido por metas, avaliações de desempenho e protocolos (Freitas, 2014). O ideal de formação integral, pautado na articulação entre teoria e prática pela práxis educativa, na pesquisa, no compromisso ético-político, na valorização da cultura e do saber docente, vai sendo enfraquecido, esvaziado e substituído por um modelo funcionalista, que limita o papel do professor à aplicação de conteúdos e métodos preestabelecidos.

Além disso, o esvaziamento da formação crítica vem acompanhado do enfraquecimento das políticas públicas voltadas à valorização da carreira docente. A precarização das condições de trabalho, os baixos salários, a ausência de planos de carreira dignos e a deslegitimização simbólica do papel do professor contribuem para um cenário de desestímulo, desgaste e adoecimento dos profissionais da educação. A educação pública, nesse cenário, torna-se alvo de uma ofensiva neoliberal que ameaça sua função social e o próprio sentido de sua existência enquanto instrumento de democratização do conhecimento.

Portanto, discutir a formação de professores sob a ótica neoliberal exige não apenas denunciar os efeitos dessa lógica mercantil sobre a educação, mas também afirmar a necessidade de resistências e alternativas. É preciso reafirmar a importância de uma formação docente comprometida com os princípios da democracia, da justiça social, da autonomia intelectual, da racionalidade crítica e da



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Realização:



Apoio:



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

emancipação humana. Em outras palavras, é necessário recuperar a dimensão política e ética da docência, reconhecendo o professor como agente fundamental na construção de uma sociedade mais crítica, plural e de potencial transformador.

3 A Reestruturação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica: embates, contradições e implicações acerca da reforma curricular nos cursos de licenciatura

O debate público em torno da formação de professores no Brasil, especialmente durante os governos de Michel Temer (2016–2018) e Jair Bolsonaro (2019–2022), foi marcado por uma acentuada centralização curricular, conduzida majoritariamente no âmbito do Conselho Nacional de Educação (CNE). Essa condução política prolongada ao longo de dois mandatos presidenciais evidencia a exclusão sistemática das universidades, das instituições científicas e da própria educação básica, tanto dos governos locais quanto dos sindicatos, na formulação das diretrizes de formação docente (Militão, 2019). Dessa forma, as decisões relativas ao currículo da formação de professores assumem um caráter atópico, ou seja, passam a ser discutidas e determinadas à margem dos espaços tradicionalmente participativos e democráticos, sem a presença efetiva dos principais atores educacionais.

A formulação da BNC-Formação se estabeleceu inicialmente a partir da Resolução Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 e pelo Parecer CNE/CP nº 14/2020 do Conselho Nacional de Educação e Conselho Pleno (CNE/CP), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica e define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e a Base Nacional Comum (BNC-Formação Continuada). Deste modo, todo o debate nacional expresso na Resolução CNE/CP nº 2/2015, documento em vigência anterior, foi desconsiderado, dando lugar a mais uma involução no campo da política de formação de professores (Freitas; Molina, 2020).

Em um contexto adverso à participação democrática, seja pela postura autoritária do governo Bolsonaro diante das manifestações populares, seja pelos

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

efeitos restritivos provocados pela pandemia de Covid-19, sujeitos coletivos emergiram como atores centrais no debate educacional. Nesse cenário, ganham protagonismo diversas entidades científicas, destacando-se a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), a Associação Brasileira de Currículo (ABdC), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e o Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR).

Essas organizações passaram a recorrer a estratégias de mobilização, com a divulgação de notas públicas e transmissões ao vivo (lives) para denunciar os riscos associados ao modelo de formação docente previsto na Resolução CNE/CP nº 2/2019. Posicionando-se contra a precarização da formação de professores e a privatização da educação, pediram a revogação da Resolução Nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

Após muitas discussões públicas e manifestos contra a BNC-Formação, a Resolução CNE/CP nº 02/2019 foi revogada. No entanto, não houve abertura democrática para a formulação de um novo documento. A proposta da ANFOPE, ANPEd e FORUMDIR, entre outras organizações, era, e continua sendo, a retomada da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, o que não foi considerado. Como traço característico da lógica neoliberal, as propostas de mudanças nas políticas educacionais são elaboradas de modo a restringir efetivamente a participação democrática, ainda que se apresentem sob um "verniz democrático", por meio de mecanismos como consultas públicas de opinião. Essa estratégia tem se mostrado eficiente para enfraquecer o debate político em torno da educação, reduzindo espaços e oportunidades de reflexão crítica mais profunda.

Foi exatamente esse o cenário observado durante o processo de aprovação da Resolução nº 4, de 29 de maio de 2024, que revogou a Resolução nº 2/2019, mas não incorporou as propostas, análises e encaminhamentos defendidos pelas entidades representativas envolvidas na discussão sobre a formação docente. Trata-se, portanto, de um processo que, embora formalmente aberto, desconsiderou a contribuição qualificada de setores acadêmicos e científicos, reforçando a centralização e a condução autoritária das políticas educacionais.

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Na sequência, a ANFOPE publicou a Nota de Esclarecimento do Parecer CNE/CP N° 4/2024 e logo surgiram outros eventos e instituições que abordaram a análise do referido documento. Partindo do contexto de tensões e embates em que se deu a aprovação da Resolução N° 4, de 29 de maio de 2024, acompanhada do Parecer CNE/CP nº 4/2024, analisamos os documentos de maneira a compreender como essa lógica neoliberal se apresenta. Os documentos referidos acima foram formulados pelo CNE como substituição da Resolução CNE/CP nº 2/2019, apresentando semelhanças com a Resolução CNE/CP nº 2/2015 e com a própria Resolução de 2019.

Nesse contexto, se assemelha a uma espécie de colagem improvisada, caracterizada por uma mescla de elementos conceituais, utilizando-se de autores/as de destaque no cenário nacional como referência sem, contudo, sustentar-se conceitualmente naquilo que os próprios autores propõem. Tanto no Parecer CNE/CP nº 4/2024, quanto na Resolução N° 4/2024, os conceitos e diretrizes para a formação inicial aparentam ser uma combinação de propostas e ações que indicam uma formação desprovida de articulação entre fundamentos e princípios formativos, comprometendo assim, a construção de uma proposta educativa pautada na humanização e na emancipação.

A Resolução N° 4/2024 indica como objetivo desenvolver estudos e estabelecer as diretrizes para a formação de profissionais do magistério para a educação escolar básica e sua valorização profissional. Entretanto, diferentemente da Resolução CNE/CP nº 2/2015 em que havia um capítulo destinado aos/as profissionais do magistério e a sua valorização, no atual documento não se explica ou apresenta uma proposta consistente. No Parecer CNE/CP N° 4/2024 destaca-se a ausência da valorização profissional e a inexistência de uma formação continuada, colocando-se como elemento central para a formação as "Práticas de excelência em sala de aula" (Parecer CNE/CP nº 4/2024, p. 16).

Fragmentando a formação, especialmente na área dos Fundamentos da Educação, a proposta não sustenta uma reflexão crítica que proponha uma conscientização política e que promova uma educação emancipadora. Seu foco está na formação didático-metodológica, voltada para as práticas e a aplicabilidade,



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

dicotomizando, mais uma vez, a relação teoria-prática em detrimento da concepção de práxis, que se fundamenta na indissociabilidade de ambas.

Pautada por uma matriz das competências e habilidades para a formação de professores/as, pragmatista, utilitária, sem articulação entre formação inicial, formação continuada e trabalho docente, a nova Resolução apresenta-se esvaziada de uma visão crítica da educação e da sociedade. Desta forma, impõe um modelo de formação baseado a partir da Base Nacional Comum Curricular, que tenta padronizar e estreitar os conhecimentos produzidos e acumulados historicamente pela humanidade (Freitas; Molina, 2020).

Considerando a análise acima, fica claro que refletir acerca da formação docente sob a perspectiva neoliberal implica não apenas explicitar os impactos dessa lógica mercantilizada sobre a educação, mas, sobretudo, reconhecer a urgência de resistências e da construção de alternativas contra hegemônicas.

4 Considerações finais

Diante do exposto, com o fortalecimento do autoritarismo em um cenário de crescente polarização política, que, ao manipular as subjetividades, fomenta o desprezo pela política e abre caminho para práticas de cunho fascista, o neoliberalismo vai se impondo como uma forma de vida internalizada, que se constrói em oposição à política, aperfeiçoando a lógica capitalista e o controle sobre os indivíduos por meio da economia. Moldados por uma visão economicista da existência, em detrimento de uma educação emancipadora e política, com foco na aquisição de competências e habilidades, a lógica neoliberal empobrece a formação humana e descaracteriza a significação política e social da educação. Pautando-se no individualismo, na competitividade e na meritocracia, propõe uma falaciosa preparação para um mercado de trabalho que, na realidade, adapta o indivíduo para um mundo de descartabilidade e de consumo pelo consumo, carente de sentido e significação.

Resistir a tal cenário exige, inevitavelmente, um olhar crítico e o enfrentamento político nesse campo de disputa que é a formação de professores, entre outros, cientes da complexidade que permeia essa realidade em todas as suas dimensões. Fundamentada em princípios éticos e políticos, voltada para a

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

perspectiva da emancipação dos sujeitos, a partir da *práxis* como condição para a potencialidade da transformação, a formação de professores implica no compromisso com a nossa condição humana e com uma formação política. É imprescindível reafirmar a centralidade de uma formação comprometida com os princípios da democracia, da justiça social, da autonomia intelectual, da racionalidade crítica e da emancipação humana. Em síntese, impõe-se a necessidade de resgatar a dimensão política e ética do trabalho docente, compreendendo o professor como um sujeito histórico e social, atuante na constituição de uma sociedade mais crítica, plural e dotada de potencial transformador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica. Brasília: Diário Oficial da União, 2024. Disponível em: [\[Resoluções CP 2024 - Ministério da Educação\]](#). Acesso em: 8 de julho de 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP Nº 4/2024.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica. Brasília: Diário Oficial da União, 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc.**, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. 1^a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Suzana Cristina de; MOLINA, Adão Aparecido. Estado, políticas públicas educacionais e formação de professores: em discussão a nova resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. **Pedagogia em Foco**, v. 15, n. 13, p. 62-81, 2020.

GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão:** o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis: Vozes, 1995.

HARVEY, David. **O neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa:** o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

MILITÃO, Andréia Nunes. Simbiose entre militância e produção do conhecimento como forma de resistência à BNC-Formação (Resolução CNE/CP n. 2/2019). **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 22, p. 1-20, 2024.